



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

SUZANA DE ALMEIDA COSTA

**FRACASSO ESCOLAR:
Uma problemática em três percepções**

BRASÍLIA
JUNHO – 2017

SUZANA DE ALMEIDA COSTA

**Fracasso Escolar:
Uma problemática em três concepções**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora, doutora Maria Emília Gonzaga de Souza.

Brasília- DF
Junho – 2017

Aos meus pais, cujo afeto
transcende todo entendimento
humano. Amor além do amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por seus planos sempre maiores que os meus. Por me conceder saúde, fé e força para concretizar mais uma etapa da vida.

Aos Meus pais, maiores exemplos de educadores. Á minha irmã, Joyce Muriel, que tanto me incentivou a viver os meus sonhos. Agradeço por acreditarem no meu potencial de forma tão intensa. Por todo amor e aconchego de alma.

À minha orientadora, Maria Emília Gonzaga de Souza, pela paciência em cada encontro, por sua escuta sensível e pela motivação.

Ao meu amor, pela paciência e companheirismo que foram infindáveis.

Às minhas amigas de vida e profissão, que compartilharam de todos os dias de lutas e de glórias.

Por fim, a todos os meus alunos que tanto me inspiraram durante os períodos de estágio.

“Nada lhe posso dar que já não exista em você mesmo. Não posso abrir-lhe outro mundo de imagens, além daquele que há em sua própria alma. Nada lhe posso dar a não ser a oportunidade, o impulso, a chave. Eu o ajudarei a tornar visível o seu próprio mundo, e isso é tudo”. (Hermann Hesse)

RESUMO

O presente estudo monográfico refere-se a uma pesquisa realizada no primeiro semestre de 2017, que tem como objetivo geral investigar a concepção sobre o fracasso escolar para estudantes, professores e coordenadores da Educação Básica do Distrito Federal. A opção foi pela abordagem da pesquisa qualitativa e como instrumento de coleta de dados a utilização de questionário, sendo um para estudantes de instituições públicas e privadas da educação básica, o segundo para professores da rede pública e o terceiro para coordenadores da rede pública, disponibilizados em uma plataforma virtual, chamada *Google Docs*. A composição foi de um total de dez questões, sendo duas questões abertas e sete fechadas para os estudantes, e sete abertas e quatro fechadas para professores e coordenadores. O referencial teórico baseou-se nas obras principais dos autores: Luckesi (1995), Patto (2010), Paro (2003), Villas Boas (2006). Os resultados obtidos foram relevantes, considerando o alto índice de reprovação e evasão escolar nas escolas brasileiras, é possível afirmar que o fracasso escolar é uma problemática enraizada na construção social das instituições de ensino.

PALAVRAS CHAVE: Reprovação, evasão, avaliação formativa, estudantes, professores.

SUMÁRIO

MEMORIAL EDUCATIVO	10
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1 Contextualização da Educação no Brasil	16
1.2 A Concepção acerca do Fracasso Escolar.....	21
1.3 Um Olhar na Perspectiva da Avaliação Formativa	26
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA – O PERCUSO PELA PRÁTICA	31
2.1 Pesquisa Qualitativa	31
2.2 Estudo de Caso.....	32
2.3 Pesquisa Descritiva	32
2.4 Sujeito de Pesquisa.....	33
2.5 Espaço de Pesquisa	33
2.6 Instrumento de Pesquisa	33
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS – AS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS SOBRE O FRACASSO ESCOLAR	35
3.1 A Concepção do Fracasso Escolar no Ponto de Vista dos Estudantes. .	36
3.2 O Fracasso Escolar na Perspectiva dos Professores e da Gestão.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	61

MEMORIAL EDUCATIVO

Em meados da década de 80 duas vidas foram cruzadas, uma mineira em que a beleza iluminava os olhos de quem via e um brasileiro aventureiro, dono de um sorriso encantador. Frutos desse amor vieram Joyce e Suzana.

Eu, Suzana, nasci no ano de 1995, sendo a caçula, vim ao mundo e trouxe muitas descobertas para minha família. Aos seis meses de idade foi me dado um diagnóstico de uma doença crônica na pele, chamada dermatite atópica, não há cura, e sempre precisei de muitos cuidados durante a infância.

O amor e cuidado sempre transbordaram na minha vida por meio dos meus pais, João Costa, funcionário público e, Elza Costa, do lar. Devido a uma superproteção acabei entrando na escola um pouco tarde, com seis anos. Fiquei um ano na educação infantil, e com sete anos comecei o ensino fundamental, na primeira série.

As marcas que a escola me trouxe foram profundas, a maior parte carregada de amizades que me acompanham até os dias de hoje. Estudei durante oito anos na mesma instituição, uma escola particular localizada em São Sebastião, região administrativa de Brasília.

Também passei por momentos difíceis, e pude vivenciar na pele a maldade e o preconceito enraizados desde os primeiros anos na escola. Sofri muito *bullying*, porém, a escola nunca foi omissa quanto a isso, tenho lembranças dos colegas de classe sendo punidos, mas no fundo, o castigo deles não amenizava as minhas frustrações, que na época era ser aceita.

Por conta da doença, por vezes precisava me afastar da escola, as faltas eram constantes, os professores e toda a gestão escolar entendiam o meu caso, nunca fui prejudicada quanto a isso, sempre obtive excelentes notas e um bom desempenho escolar.

Apesar de ter tido ótimos professores, um episódio marcou a minha vida no ensino fundamental, precisamente na oitava série. Enquanto discorria sobre o conteúdo, o professor fez um comentário a respeito das instituições de ensino públicas e privadas. Em sua fala ele nos dizia que deveríamos nos sentir privilegiados por estudar em um ambiente privado e que as nossas condições no futuro ao ingressarmos no mercado de trabalho seriam muito melhores

comparada aos nossos colegas que estavam em escolas públicas, nós seríamos os chefes, e eles a nossa mão de obra.

No mesmo dia cheguei em casa com a mente inquieta, não conseguia parar de pensar nisso. Com a minha experiência hoje, costumo falar que a minha pesquisa teve início neste exato momento da vida.

Sempre fui muito ativista, quis conhecer como era o ambiente e as pessoas na escola pública, no final do ano letivo pedi para que meus pais me matriculassem em outra instituição, iria começar o ensino médio em uma escola da rede pública.

Foi uma mudança inexplicável, a diferença de ambiente, pessoas, conteúdo era impressionante. A escola nova era muita boa, os alunos tinham autonomia, existiam vários projetos, coisas que eu não estava acostumada.

Estudei nesta escola durante os três anos do ensino médio, e pude ouvir um discurso político e preconceituoso vindo de um professor, que sempre afirmava que nós, alunos de escola pública, não passávamos de números para o governo.

Em uma aula, tive a oportunidade de ouvir novamente o mesmo discurso da escola particular, em que seríamos a mão de obra para os nossos “concorrentes” das escolas privadas.

A partir deste momento tive um interesse profundo em entender mais a fundo as concepções sobre o público e privado.

Entre na Universidade de Brasília com dezessete anos, aprovada no vestibular 1/2013 . Na mesma época passei para o curso de pedagogia na Universidade Federal do Goiás, mas optei pelos estudos em Brasília, onde sempre morei.

A universidade foi uma tempestade de informações, tive professores que marcaram a minha trajetória acadêmica, fonte de inspiração, em contrapartida, outros foram apenas um referencial do que eu jamais pretendo ser, tanto como ser humano ou como profissional.

Direcionei meus estudos para a parte da pedagogia socioeducativa, em que acompanhava crianças em situação de vulnerabilidade social em um projeto realizado durante dois semestres na região administrativa de Santa

Maria - DF. Durante este período pude perceber a defasagem na educação destas crianças e o alto índice de reprovação que as acompanhavam.

Ao mesmo tempo, tive uma péssima experiência ao tirar minha carteira de motorista, em que fui reprovada três vezes. Foi uma das piores experiências da minha vida, pois eu sabia dirigir, mas ao ser colocada naquela situação de exame, que muito se equivale as provas da escola, as minhas ações bloqueavam.

A sensação que a reprovação me trouxe neste cenário foi terrível, conversei com várias pessoas que haviam sido reprovadas e pude perceber que elas passavam pelas mesmas frustrações que eu.

Essa experiência foi uma porta de abertura para minha pesquisa, pois a partir deste episódio de reprovação a minha vontade de estudar as concepções acerca do fracasso escolar foram grandes, a começar pela própria nomenclatura pejorativa. Este é o tema que irei abordar nesta monografia, as concepções sobre o fracasso escolar e suas implicações na vida do estudante.

Descobri a minha vocação, o meu amor por ensinar, e ao mesmo tempo tive as minhas crises mais profundas. Escolhi o curso de pedagogia, aos dezessete anos, pois queria mudar o mundo, e a meu ver isto só seria possível por meio da educação. Hoje, aos 21 anos de idade reconheço a minha responsabilidade e o compromisso assumido pela educação.

INTRODUÇÃO

A avaliação ocorre no decorrer de toda nossa vida, podemos constatar que somos avaliados nos mais diversos aspectos dentro da sociedade, na mesma via em que ocorre o ensino e a aprendizagem também acontece o processo de avaliação. De acordo com Dalben (2005), o ato de avaliar está presente a cada momento, seja de um modo informal com ações do cotidiano, ou por meio formal, em reflexões organizadas e intencionais que resultam nas tomadas de decisões.

A escola é um dos principais meios de formação social do indivíduo, tem por finalidade promover a educação a todas as classes, e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o seu principal objetivo é o desenvolvimento pleno do sujeito.

Para que o desenvolvimento pleno aconteça é necessário que ocorra a avaliação, sendo esta parte do processo educativo, visto que, ela ocorre formalmente em todos os segmentos da educação básica, de acordo com as ideias de Luckesi (2004), o seu principal objetivo é auxiliar na construção dos processos de ensino e aprendizagem afim de que se obtenha os melhores resultados.

Ao analisarmos o cenário brasileiro a educação passou por inúmeros avanços e retrocessos. Segundo a Unesco (2011) o Brasil possui um dos maiores índices de reprovação escolar (40%), ao compararmos com outros países. Muitas políticas públicas estão sendo discutidas, afim de que, este índice seja diminuído, e de fato, todos tenham garantia ao acesso e permanência a uma educação de qualidade, independente do gênero, etnia, cor, posição social e condição financeira.

O interesse pela avaliação deu-se justamente pelo alto índice de fracasso escolar – reprovação e evasão - encontrados em sua maior parte nas escolas da rede pública no Brasil.

É importante salientar a história por trás do contexto educacional do nosso país, tendo como foco no início de sua implementação a educação elitista, voltada para a alta classe. Com o decorrer das décadas, tivemos muitos

avanços quanto à educação pública para todos, porém, as desigualdades sociais vividas até hoje fazem parte da construção histórica do país, o contexto educacional é um reflexo disto.

A reprovação escolar é parte da construção social da escola, de uma forma geral, significa que o estudante não atingiu a média final e por isso não foi aprovado. A repetência não é sinônimo da não aprendizagem, há muitos outros fatores que caracterizam este processo que está inserido no fracasso escolar e os quais serão tratados no decorrer deste trabalho.

Ao pensarmos em todo o conjunto que caracteriza o fracasso escolar, muitas indagações são feitas, quem são esses estudantes? Quais os fatores de risco para a repetência? Qual o papel das instituições quanto aos danos emocionais causados nos estudantes reprovados por anos consecutivos? Qual a repercussão da reprovação escolar na vida do estudante? Qual a contribuição da avaliação formativa para a diminuição da reprovação e conseqüentemente para a aprendizagem?

O problema de pesquisa baseia-se na seguinte questão: Quais as principais condições que ocasionam o fracasso escolar e as suas implicações na vida do estudante?

Para responder a essas questões tenho como objetivo geral da pesquisa:

- ✓ Compreender as concepções do fracasso escolar para os estudantes, professores e coordenadores da Educação Básica no Distrito Federal.

E como objetivos específicos:

- ✓ Analisar o papel das instituições em relação à reprovação de estudantes em anos consecutivos
- ✓ Verificar a concepção de reprovação e suas implicações para os professores.
- ✓ Verificar a contribuição da avaliação formativa para a diminuição da reprovação e da promoção das aprendizagens
- ✓ Identificar o perfil dos estudantes reprovados e os fatores de risco que levaram à reprovação

Esta monografia está dividida em duas partes. A primeira corresponde ao referencial teórico, composto de três capítulos. A segunda etapa traz todo o processo metodológico que compõe este trabalho e sua respectiva análise de dados. A metodologia adotada foi à qualitativa descritiva, baseada em uma pesquisa por meio de questionários com estudantes, professores e coordenadores da Educação Básica do Distrito Federal.

O primeiro capítulo refere-se a uma análise histórica da educação brasileira desde sua implementação com a chegada dos jesuítas até os dias de hoje, tendo como foco o modelo avaliativo e as contribuições socioculturais para o fracasso escolar enraizados na história.

O segundo capítulo aponta as concepções acerca do fracasso escolar, o que o caracteriza, quais os fatores de risco, quando e como ocorre. Tem como objetivo principal investigar as principais contribuições para o fracasso escolar.

O terceiro capítulo corresponde às avaliações, o que são, como ocorrem, quais as contribuições para a vida do estudante, quais os tipos. O foco é destinado à avaliação formativa.

Na segunda parte estão os resultados obtidos ao longo da pesquisa, por meio da metodologia científica, ou seja, a análise prática dos fatos.

A pesquisa bibliográfica que compõe o embasamento teórico desta monografia consiste principalmente nas análises das obras de Cipriano Carlos Luckesi, Maria Helena Souza Patto, Benigna Maria de Freitas Villas Boas, Vitor Henrique Paro, Carlos Hernández Gil, entre outros que contribuíram significativamente para o desenvolvimento das ideias aqui expressas.

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Contextualização da Educação no Brasil

Não se trata de um assunto novo, no Brasil podemos identificar o sistema avaliativo desde a chegada dos jesuítas, em 1549, que pela Companhia de Jesus tinham como missão catequizar os índios.

Foram responsáveis pelas primeiras instituições de ensino no Brasil, caracterizadas por uma educação rígida, carregada de valores morais e religiosos, tendo os padres como os primeiros professores. O ensino era marcado pela memorização dos livros, leitura, cálculo e escrita.

Assim como Aranha afirma:

O ensino jesuítico possuía uma metodologia própria baseada em exercícios de fixação por meio de repetição, com objetivo de serem memorizados. Os melhores alunos auxiliavam os professores a tomar lições de cor dos outros, recolhendo exercícios e tomando nota dos erros dos outros e faltas diversas que eram chamadas de decuriões. As classes inferiores repetiam lições da semana todo sábado. Daí a expressão “sabatina” utilizada por muito tempo para indicar formas de avaliação. (1989, p. 51)

A princípio, o objetivo da educação jesuíta era formar sacerdotes para contribuir na grande missão, a catequização do povo, e assim, foram abertas escolas na Bahia para o ensino da leitura e escrita. A Companhia de Jesus, por questões de interesses econômicos, dedicou o ensino para a educação da elite, excluindo as classes menos favorecida economicamente, formando uma educação excludente, elitizada, o que não era a proposta inicial.

O período jesuítico no Brasil Colônia foi de 1549 a 1759, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal, iniciando-se uma nova era histórica na educação brasileira, a Reforma Pombalina (1779 a 1822). A igreja não era mais responsável pela educação, tendo o poder centrado nos interesses do Estado, o qual implementou um novo modelo educacional, as aulas régias.

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas,

como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas". (NISKIER, 2001, p. 34)

A estratégia política da Corte era civilizar a população por meio da educação, não a destinando somente a elite, mas para as camadas sociais financeiramente inferiores, sendo este um meio para reforçar a relação entre o Estado e os cidadãos. A educação deveria ter o papel forte na formação nacional e a civilização de uma população "atrasada", além de integrar a plebe ao estado.

O Período Imperial (1822-1889) deu início ao processo rumo à independência do Brasil. Foi aprovada a primeira Constituição Brasileira. O Artigo 179, destinava-se a educação, assegurava a gratuidade para todos os cidadãos, porém o ensino ainda não era obrigatório, e esta gratuidade apesar de ser explícita por lei, as classes de baixa renda ainda eram prejudicadas no acesso a educação.

Na Constituição Política do Império no Brasil, de 1824, o princípio da gratuidade aparece explícito no texto legal, ou seja, era reconhecida a responsabilidade pelo acesso a educação por parte do Estado. No entanto são poucos os relatos provinciais que confirmam o ensino gratuito ofertado e que fazem referência ao ensino subsidiado para auxílio de meninos pobres. (ZICHIA, 2008, p.14)

Podemos observar que desde a época jesuítica até o Período Imperial o discurso de uma educação gratuita que favorecesse a população de baixa renda sempre existiu, porém, foi fracassado em todas as décadas, fazendo do processo educativo uma porta para as desigualdades.

Isto é um marco na história da educação que se perpétua até os dias de hoje, de uma forma mais camuflada, porém, é notória a percepção de que o ensino privado continua a frente das instituições públicas, assim como o fracasso escolar e as taxas de analfabetismo são maiores para o mesmo público.

Para entender a avaliação no sistema educativo brasileiro atualmente, é importante resgatar, mesmo que de forma sucinta, aspectos relevantes da história da educação, carregada de ações que se perpetuam até os dias de hoje, exemplo disto, a desigualdade social no ensino. O foco desta monografia não se encontra em uma meticulosa análise da história, as contribuições

históricas são para somar o entendimento acerca do processo educacional que constitui o Brasil.

O decorrer das décadas acarretou em grandes avanços na história da educação brasileira, houve a implementação de diversas políticas públicas que visavam melhorias para o ensino. Em 1961 foi elaborada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o documento mais importante no quesito educacional, tendo como objetivo promover a educação como um direito a todos os cidadãos.

A LDB teve três versões, a primeira de 1961, a segunda surgiu dez anos depois, em 1971, teve sua duração até os anos 90. Atualmente, a que está em vigor é a de 1996, tendo algumas atualizações no decorrer do século XXI.

A primeira versão da LDB previa a educação como um direito de todos e poderia ocorrer tanto no lar como na escola. A família era essencial nas ações educativas, cabendo a ela o direito de escolher o gênero da educação que deveria dar aos filhos.

A educação pré-primária, hoje educação infantil, destinava-se as crianças menores de sete anos, e deveria ser ofertada em jardins de infância ou maternais. Atualmente na LDB, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches para crianças de até três anos de idade, e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade. A avaliação nesta etapa não visa a promoção de uma série para a outra, é feita por meio de registros diários sobre a evolução da criança em todos os aspectos, físico, social, cognitivo, emocional.

A primeira versão trata do ensino primário obrigatório para crianças a partir dos sete anos de idade, o qual seria ministrado no mínimo em quatro séries anuais. Um aspecto interessante nessa lei se volta para os responsáveis pelas crianças: estes não poderiam ocupar um cargo público se a criança, em idade escolar, sob sua responsabilidade não estivesse matriculada no ensino primário, exceto nos casos:

Parágrafo único. Constituem casos de isenção, além de outros previstos em lei:

- a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável;
- b) insuficiência de escolas;
- c) matrícula encerrada;
- d) doença ou anomalia grave da criança.

(LDB, 1961)

Neste parágrafo pode-se constatar de forma evidente a discriminação social para com as famílias de baixa renda, situação que se repete na história desde o início da educação, no século XV. Atualmente muitos estudiosos atribuem fatores socioeconômicos ao fracasso escolar, porém isto é uma condição enraizada no sistema educacional, e explicito na LDB de 1961, visto que, a obrigatoriedade no ensino excluía a população de baixa renda.

As medidas educacionais ainda não propunham ações para combater o fracasso escolar. De acordo com o Artigo 18 da LDB de 1961 “Nos estabelecimentos oficiais de ensino médio e superior, será recusada a matrícula ao aluno reprovado mais de uma vez em qualquer série ou conjunto de disciplinas.” Ou seja, a consequência da reprovação já era por si só um caminho para a evasão escolar. O sistema educacional não tinha interesse em sanar as fragilidades que contribuía para os índices de repetência, pelo contrário, a população perdia o direito de estudar.

As referências encontradas na LDB de 1961 sobre a avaliação escolar faz menção apenas ao ensino médio, em que no artigo 39, aponta:

Art. 39. A apuração do rendimento escolar ficará a cargo dos estabelecimentos de ensino, aos quais caberá expedir certificados de conclusão de séries e ciclos e diplomas de conclusão de cursos.
§ 1º Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento. (LDB, 1961)

As provas já eram parte fundamental do processo avaliativo, tinham a função apenas de medir, sendo dada a responsabilidade de julgar os estudantes somente ao professor. As salas de aula eram caracterizadas pela autoridade que o professor exercia, sendo considerado o detentor do saber, os discentes apenas deveriam absorver tudo o que o mestre passava. Durante décadas o ensino seguiu este segmento, sendo marcado por um ensino rígido, que ainda era de difícil acesso e permanência para parte da população.

O cenário de autoritarismo foi ainda mais evidente na década de 70, pois o país estava passando por diversas transformações sociais, e o regime militar imperava na sociedade, trazendo um contexto social caótico, violento e de total repressão, a educação também sofreu diante do caos instalado no país.

Na LDB de 1971, a nomenclatura passou a ser, Ensino de Primeiro Grau, sendo hoje o Ensino Fundamental. Na década de 70 o primeiro grau teria a duração de oito anos letivos, destinado para crianças a partir dos sete anos de idade. Atualmente o ensino fundamental tem com duração mínima de nove anos, é obrigatório e precisa ser oferecido de forma gratuita nas instituições públicas.

O artigo 14 da LDB de 1971 traz uma nova perspectiva sobre a reprovação escolar, neste aspecto, antes dos estudantes serem automaticamente retidos, já havia a possibilidade da recuperação, afim de que o mesmo tivesse a chance recuperar a média final estabelecida pelas instituições.

Art. 14. A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

§ 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.
(LDB,1971)

A LDB de 1971 deu lugar a de 1996, esta foi a primeira trazer a organização da educação no ensino fundamental em ciclos, sendo facultativo de acordo com a instituição de ensino, explícito também no artigo 32, segundo parágrafo:

Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. (LDB, 1996.)

As inovações na educação por meio das Diretrizes de Bases foram significativas. As LDBs foram alteradas de acordo com as necessidades vividas no país em cada período ou pelo interesse político e econômico. Porém mesmo com os direitos assegurados por lei, ainda há uma parcela da população que não usufruem deste direito, os números de evasão são elevados, o fracasso escolar vem sendo pauta de inúmeros debates.

Para pensar em medidas educacionais a fim de combater o fracasso escolar é preciso considerar a realidade impregnada no Brasil até os dias de hoje. Em cada momento histórico o discurso de uma educação para todos foi desastroso. Podemos observar a discriminação e o preconceito enraizados na história, quando o ensino não era obrigatório para as pessoas que declarassem estado de pobreza (LDB de 1961); Assim como quando os estudantes que reprovasse mais de uma vez perdiam o direito de cursar o ensino médio ou superior. As questões sociais e econômicas influenciaram diretamente o contexto educacional brasileiro.

Neste capítulo a análise esteve voltada para as contribuições históricas da educação no Brasil. O capítulo seguinte aborda as concepções acerca do fracasso escolar e suas implicações na vida do estudante.

1.2 As Concepções acerca do Fracasso Escolar

De acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa, o significado da palavra fracasso refere-se a: desgraça, ruína, mau resultado, falha, insucesso, mau êxito. Deriva-se do italiano, *fracassare*, que significa “romper em pedaços”. A palavra fracasso destina-se a derrota, insucesso, ação de não obter o que se pretendia em qualquer parte da vida.

O entendimento da palavra remete a inúmeras interpretações, no entanto, todas partem de uma conotação negativa, atribuindo uma incompetência do ponto de vista do examinador para com o sujeito avaliado.

A nomenclatura por si só já é motivo para debates, por ser carregado de uma conotação extremamente negativa.

O termo “fracasso escolar” já é inicialmente discutível. Em primeiro lugar, porque transmite a ideia de que o aluno “fracassado” não progrediu praticamente nada durante seus anos escolares, nem no âmbito de seus conhecimentos, nem no seu desenvolvimento pessoal e social, o que não corresponde em absoluto à realidade. (PÉREZ, 2004, p 17)

Atribuir todas essas características negativas ao estudante pode ocasionar consequências severas em sua autoestima e confiança. No âmbito educacional, o fracasso escolar está diretamente relacionado à reprovação e evasão.

O fracasso escolar tem sido uma realidade muito preocupante na educação brasileira. Podemos caracteriza-lo em parte, como o conjunto de condições que levam o estudante a não conseguir alcançar as metas da escola, por inúmeros fatores, gerando conseqüentemente a reprovação ou evasão.

Enguita afirma que:

Quando diante do aluno se acumulam os pequenos fracassos, as indicações de que não vai conseguir ir muito mais longe, chega o momento de retirar-se discretamente e sem escândalo. Em acréscimo, é provável que os imperativos de saúde do próprio ego aconselhem oferecer a si mesmo e aos demais qualquer explicação diferente da real, de forma que cada qual carrega sua cruz interior e procura que não a veja os outros; a soma dessas atitudes bem pode levar que ninguém veja os outros problemas senão o seu, isto é, a que o conjunto de exclusões ou “fracassos” individuais resista em ser percebido como um problema social. (1989, p.215-216).

Por que no sistema educacional brasileiro é tido como fracassado aquele que não conseguiu alcançar os resultados satisfatórios impostos pela escola? A instituição de ensino, professores, gestão escolar também devem ser considerados fracassados por não conduzirem o discente ao êxito acadêmico? Na escola, um ambiente voltado para as aprendizagens, por que a utilização de um termo que massacra o estudante em sua totalidade?

Ao analisar o índice de ocorrência do fracasso escolar, pode-se constatar que a população de baixa renda aparece de forma mais evidente nos dados, pesquisas e estudos. Isto é um reflexo da história da educação, que desde os primeiros anos de sua implementação foi favorável à alta classe, ou seja, famílias com poder aquisitivo elevado. Sendo assim, para alguns

estudiosos, como, para Patto (2010), o fracasso escolar é uma construção social.

Conforme os dados apontados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2016, é possível verificar que as taxas do fracasso escolar em instituições públicas são consideravelmente superiores ao compararmos com as escolas privadas. Ao que ocasiona esse aumento exacerbado de reprovação e evasão escolar nas instituições públicas de ensino?

Gráfico 29. Taxa de não aprovação (soma das taxas de reprovação e abandono) por séries do ensino fundamental e médio segundo rede de ensino (pública/privada) - Brasil 2015

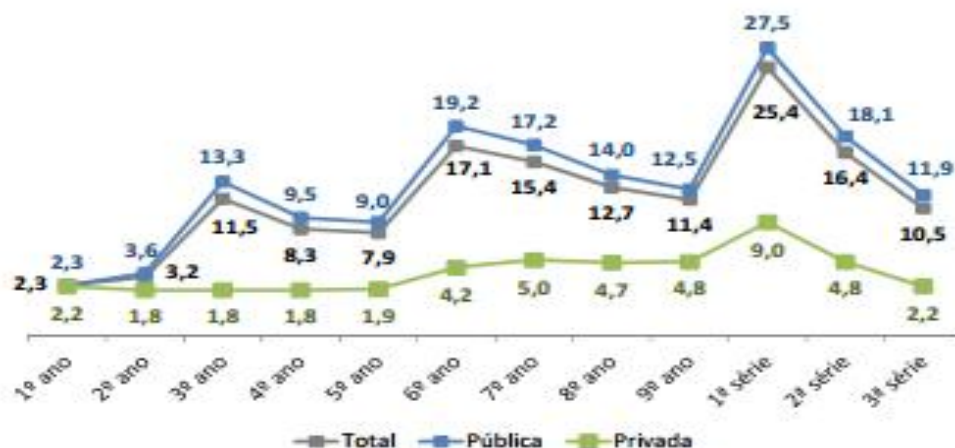


Gráfico INEP 2016

É importante salientar que os níveis econômicos são apenas um dos fatores que podem ser atribuídos ao fracasso escolar, porém, em hipótese alguma é correto afirmar que toda população de baixa renda será sempre responsável pelos maus resultados educacionais. Da mesma forma, não significa que famílias com poder aquisitivo maior terão sempre bons rendimentos. Riqueza não é sinônimo de inteligência e conhecimento, assim como a humildade não corresponde a falta de incapacidade intelectual.

De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em uma pesquisa realizada a respeito do fracasso escolar na década de 90 é correto afirmar que existem três fatores distintos que contribuem diretamente para o fracasso, são eles: em primeiro lugar os

estudantes que apresentam baixo índice no rendimento escolar e são reprovados. O segundo fator são os estudantes que abandonam os estudos e não concluem a educação básica. O terceiro trata-se das implicações sociais na fase adulta, ao se deparar com o mercado de trabalho e as respectivas consequências na vida do sujeito que não atingiu a preparação apropriada. (MARSHEI, 2004)

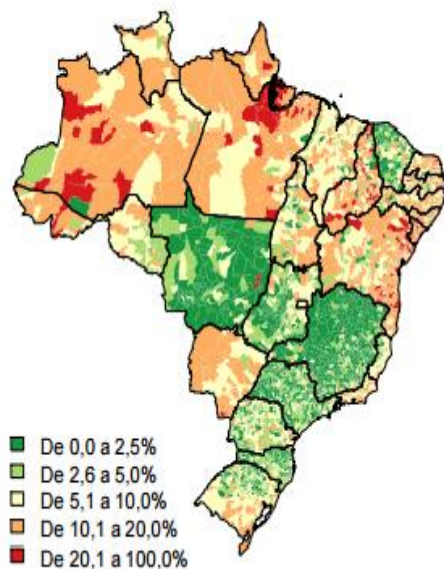
A reprovação ou repetência ocorre quando o estudante, por inúmeros fatores, tais como, emocional, familiar, pessoal, profissional, não atinge a média final imposta pela instituição de ensino e por isso não pode ser aprovado.

A reprovação não se manifesta, pois, apenas nos números de retidos e “desistentes” que a escola produz, mas também no modo de agir e de pensar que perpassa as atividades escolares. Nas relações de ensino que se estabelecem na sala de aula, por exemplo, se não vige uma concepção de educação como atualização histórico-cultural que orienta a ação para objetivos identificados com o gosto pelo saber e a apropriação da cultura como valor fundamental, mas, em vez disso, uma percepção do papel da escola que se volta para resultados vinculados à obtenção de uma credencial de passagem para próximo nível de ensino ou a mero cumprimento de uma obrigação, é claro, que o suposto da reprovação estará permanentemente presente. (PARO, 2013, p.63)

A evasão escolar caracteriza-se pelo abandono dos estudos por parte do discente, é quando deixam de frequentar as aulas por diversos motivos, seja por problemas de saúde, familiar, social, econômico, entre outros, e não concluindo os estudos. A reprovação é considerada uma das maiores causas da evasão. Os dois pontos são uma construção social das instituições de ensino.

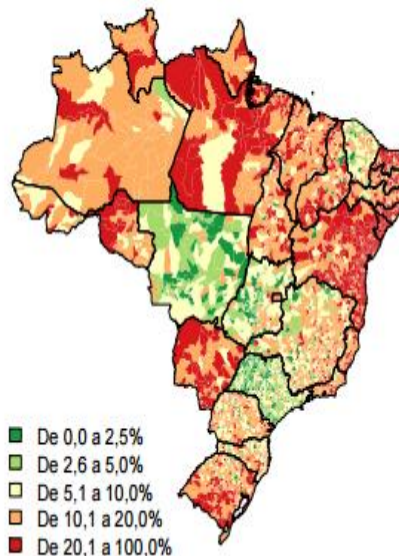
O índice de reprovação e evasão escolar é preocupante no Brasil, apesar da discussão de novas políticas públicas para a melhora na qualidade de ensino, os números são alarmantes. Esta realidade é mais frequente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Abaixo segue alguns dados.

Mapa 4. Percentual de não aprovados (soma de reprovação e abandono) dos anos iniciais por município - 2015



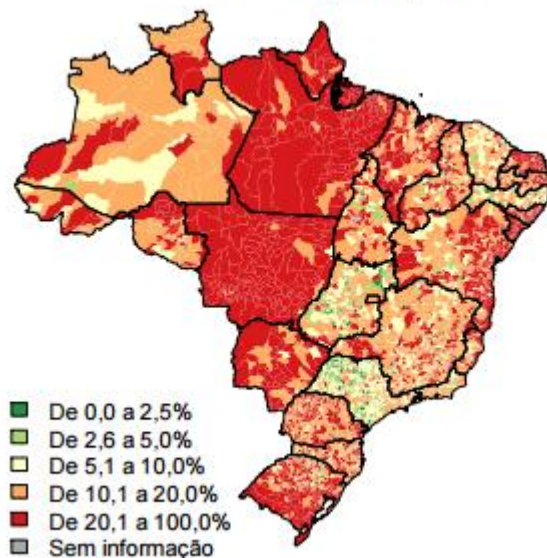
INEP 2016

Mapa 6. Percentual de não aprovados (soma de reprovação e abandono) dos anos finais por município - 2015



INEP 2016

Mapa 8. Percentual de não aprovados (soma de reprovação e abandono) do ensino médio por município - 2015



INEP 2016

Como indicado nos gráficos acima, o índice dos anos finais do ensino fundamental e principalmente no ensino médio são preocupantes. Isso nos mostra que as medidas para a diminuição da evasão e reprovação escolar precisam ser pensadas ao longo de todas as etapas da vida escolar, para que as dificuldades não sejam levadas adiante, até o ponto de que reprovar seja a

única solução. A avaliação diagnóstica e formativa são meios de auxiliar neste processo de uma possível prevenção contra o fracasso escolar.

A abrangência do fracasso escolar torna complexa sua definição, ou seja, não existe um único caminho para considerar seus múltiplos resultados. É necessário compreender o contexto em que o discente está inserido e assim ter um olhar amplo sobre a situação. No cotidiano da escola é comum perceber que a culpa pelo insucesso no ensino é atribuída, muitas vezes, ao desinteresse do estudante.

Se o educando não demonstra avanços em seu desempenho escolar é necessário que haja uma análise profunda envolvendo todos que fazem parte do processo educacional, afinal, repetência não é responsabilidade somente do aluno, o método de ensino, a gestão escolar, o ambiente, tudo precisa ser levado em consideração.

Neste tópico, o foco esteve presente no fracasso escolar e suas implicações. No próximo, a abordagem será sobre as avaliações na perspectiva da avaliação formativa, ou seja, a avaliação das aprendizagens.

1.3 Um Olhar na Perspectiva da Avaliação Formativa

Entender os processos da avaliação é de grande relevância para compreender melhor os aspectos do fracasso escolar, pois em muitas vezes este é o resultado de um conjunto de avaliações mal sucedidas, que teoricamente, por causa das suas características não pode ser considerada avaliação e sim exames.

O ato de examinar é em toda sua completude diferente ao de avaliar. O exame, de acordo com Luckesi, possui três características principais, são pontuais, ou seja, só serve para o determinado momento, não levam em consideração as aprendizagens tidas anteriormente ou as que virão, exemplo disto são as provas. São classificatórios, a atenção está concentrada em aprovar ou reprovar. E o último ponto, são seletivos, excluem os alunos que não alcançaram à média, como os vestibulares ou Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Avaliar não se resume a isso, porém podemos observar, seja

por parte dos professores, pais ou estudante uma concepção errônea, julgam a avaliação, quando na verdade estão sendo examinados e não avaliados.

A avaliação está presente em diversas áreas dentro da organização social de uma comunidade, como na educação, na qual é indispensável para o bom funcionamento do trabalho pedagógico. Ao se falar de avaliação no contexto escolar é comum que muitos estudantes se sintam pressionados, com receio, intimidados, porém avaliar vai muito além dos exames, testes ou provas.

Como afirma Luckesi:

A avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam. (LUCKESI, 2000, p.1)

De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional (Secretaria do Estado do Distrito Federal, SEE/DF, 2014) o ato avaliativo é composto de análises para promover intervenções constantes, está ligado diretamente com o ensino e aprendizagem.

Em alguns dicionários da língua portuguesa, avaliar é sinônimo de examinar, analisar e julgar. A avaliação pode ocorrer de forma direta ou indireta e está presente em diversos momentos, por exemplo, um chefe de cozinha recebe avaliações sobre o sabor de seus pratos, um corretor de imóvel avalia a casa que está à venda, o meteorologista as condições climáticas e assim tantos outros profissionais.

Podemos constatar que durante toda a vida somos avaliados, ao nascer o bebê passa por uma avaliação médica, na educação infantil recebe uma avaliação dos seus avanços físicos, psicomotor, social, cognitivo. Para tirar a carteira de motorista é necessário passar pelo processo avaliativo do Departamento de Trânsito.

Avaliar é uma ação corriqueira e espontânea, realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana; é assim, um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre

com vistas o futuro. Faz parte dos instrumentos de sobrevivência de qualquer indivíduo ou grupo, resultando de uma necessidade natural ou instintivo de sobreviver, evitando riscos e buscando prazer e realizações. (BELONI, 2003, p. 14)

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o termo avaliação aparece em 13 artigos, sendo um dos temas mais abordados em estudos, seminários, discursos voltados para a educação nacional.

Por um longo tempo, a avaliação escolar foi limitada somente ao rendimento da aprendizagem, desencadeando a avaliação em uma perspectiva de medir, porém, ao pensar em avaliação, é importante ressaltar que esta deve ser realizada de forma processual, ao longo de todo o ano. Os avanços e retrocessos que um estudante tem em sala não devem ser julgados por meio de um exame com dez questões, eles devem ser analisados dia após dia, por meio da sua participação, realização das tarefas, no cotidiano, de acordo com Paulo Freire:

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender. (BARBOSA 2008, apud, PAULO Freire p.1).

Outro fator determinante é o desempenho que o aluno apresenta, por vezes, o professor pode rotula-lo como indisciplinado e desinteressado pela escola, porém, é indispensável o conhecimento prévio e subjetivo ao seu respeito. Pois estes rótulos podem ser reflexos de algum problema de saúde, fome, desequilíbrio familiar, maus-tratos ou tantos outros motivos que coloque em risco o bem estar do aluno. De acordo com Buhler é dever do professor "buscar uma aproximação com seu aluno no sentido de identificar suas reais possibilidades de aprendizagem".(BUHLER, 2007 p.49)

O processo avaliativo não pode ser limitado, é amplo, ocorre de forma contínua, no decorrer de todo ano letivo, é um meio de conhecer mais sobre o estudante, observar seus progressos, diagnosticar suas dificuldades, caminhar

junto, de acordo com Luckesi “avaliar a aprendizagem escolar implica estar disponível para acolher nossos educandos no estado em que estejam, para, a partir daí, poder auxiliá-los em sua trajetória de vida” (LUCKESI, 2000, p.10), ou seja, avaliar é também um ato de amor.

Ao analisarmos o contexto educacional nos dias de hoje, é importante salientar que o foco de muitas instituições é passar o estudante de ano. No ensino médio a atenção é voltada para o vestibular, que tem como o principal instrumento avaliativo as provas.

O processo avaliativo é de suma importância, engloba toda comunidade escolar e é necessário ser visto por uma ótica positiva, já que, muitos discentes temem as avaliações, se importam muito mais com a soma das médias no decorrer do ano letivo para alcançar o resultado final do que com a própria aprendizagem em si.

Alguns professores, por vezes usam da avaliação como forma de ameaça, pressionam os estudantes.

Essas e outras expressões, de quilate semelhante, são comuns no cotidiano da sala de aula, especialmente na escolaridade básica e média, e mais tarde na universitária. Elas demonstram o quanto o professor utiliza –se das provas como um fator negativo de motivação. O estudante deverá se dedicar aos estudos não porque os conteúdos sejam importantes, significativos e prazerosos de serem aprendidos, mas sim porque estão ameaçados em uma prova. O medo os levará a estudar. (LUCKESI, 1994, p.19)

Assim se dissipa uma cultura aterrorizante quando o assunto é avaliar, que em hipótese alguma pode ser resumido a aplicação de provas.

O processo avaliativo é complexo, por isso não há apenas uma maneira correta de acontecer, existem vários modelos de avaliação, dentre elas: diagnóstica, somativa, e a formativa. O foco desta pesquisa ficará na formativa, ou, das aprendizagens, porém é necessário entender como cada uma ocorre e quais as suas contribuições.

A avaliação diagnóstica geralmente é usada ao início de cada período letivo, com a finalidade de identificar os conhecimentos prévios do estudante para que assim se saiba quais caminhos percorrerem para facilitar a aprendizagem. É importante, pois tem uma ação preventiva, ao explorar as

dificuldades do estudante logo no início da aprendizagem é possível encontrar mecanismos que sejam facilitadores no processo.

Diferente da avaliação diagnóstica, a somativa ocorre no final de um período letivo. Tem o foco nos resultados obtidos por meio das aprendizagens, estes resultados são na maioria das vezes pontuados por meio de provas, visando à atribuição de uma nota. Se por um lado a diagnóstica procura entender os conhecimentos prévios dos discentes, a somativa tem interesse no que ele aprendeu durante o processo, o resultado final. É utilizado as produções feitas ao longo do período, seja provas, testes, trabalhos, o que são somados e resulta em uma determinada média, a qual caracteriza o desempenho do estudante.

A avaliação para aprendizagens, também conhecida como avaliação formativa tem seu foco no ensino/aprendizagem, o discente vai adquirindo o conhecimento ao longo de todo processo educativo, identifica-se suas dificuldades e a subjetividade de cada um é vista como parte essencial na qual precisa ser tratada com atenção.

Para Villas Boas:

Essa avaliação requer que se considerem as diferenças dos alunos, se adapte o trabalho às necessidades de cada um e se dê tratamento adequado aos seus resultados. Isso significa levar em conta não apenas os critérios de avaliação, mas, também, tomar o aluno como referência. (VILLAS BOAS, 2006)

Este modelo de avaliação permite o crescimento não só do estudante, mas de todos os envolvidos, tanto professores como a gestão, pois como parte integrante existe a auto avaliação, trata-se da análise de suas ações ou produções dentro do contexto escolar, e também o *feedback* em que se permite o retorno dos resultados obtidos.

A avaliação formativa possibilita identificar se de fato a aprendizagem está ocorrendo, caso não esteja, permite conhecer quais são os problemas enfrentados pelo estudante e o coloca como um agente ativo em todo o processo de construção da aprendizagem.

O medo de errar e ser julgado se faz presente em muitos aspectos da vida dentro e fora da escola, isso ocorre pela pressão que a sociedade impõe

desde a infância, e se reflete no seio familiar, educacional, profissional, religioso, entre tantos outros.

Na escola há o medo de errar e sofrer chacota pelos colegas, o medo de ser colocado de castigo ou culpado por não aprender. Na avaliação formativa as ações não devem contribuir para a punição, muito pelo contrário, as decisões necessitam visar o crescimento de forma sadia, aprendendo e evoluindo com cada erro, para que a aprendizagem seja totalmente significativa.

Entre as inúmeras possibilidades de avaliação, é importante que o educador seja um profissional capaz de tornar a busca pelo conhecimento algo acessível, tornando o sujeito apto a intervir na sociedade. Tendo a educação como uma ponte para emancipar o estudante, tornando-o capaz de transformar seu meio social.

2 – METODOLOGIA – O PERCUSO PELA PRÁTICA

A metodologia é uma junção da teoria e prática que podem resultar em uma pesquisa. O método adotado para a produção desta monografia consiste na pesquisa qualitativa para a análise dos dados. O tipo de pesquisa caracteriza-se por ser descritiva segundo os objetivos estabelecidos.

2.1 Pesquisa Qualitativa

A Pesquisa Qualitativa tem como objetivo compreender e interpretar os dados obtidos no decorrer de todo o processo exploratório, segundo Minayo, “Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2010). Trata-se de um tipo de pesquisa que não tem sua atenção voltada aos resultados numéricos, e sim na subjetividade do envolvidos. Muitas técnicas podem ser utilizadas para sua realização.

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os

instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. (GIL, 2002, p. 133)

Ou seja, a atenção é voltada para a análise dos dados coletados, que contribuem de forma significativa para a compreensão do objetivo da pesquisa.

2.2 Estudo de Caso

O tipo de pesquisa escolhido para compor o presente trabalho será o estudo de caso. Este tipo de pesquisa tem como foco um conjunto de fatores específicos, ou seja, casos particulares, que devem ser analisados profundamente. De acordo com Gil, “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2002, p.58). Nesta pesquisa o estudo será feito com um grupo de pessoas que já foram reprovadas na educação básica, e terminaram os estudos, pretende-se investigar quais os fatos que a reprovação acarretou em suas vidas após o período escolar.

2.3 Pesquisa Descritiva

O tipo de pesquisa segundo o objetivo será a descritiva. De acordo com Gil (2002), ela tem como objetivo descrever as características do objeto de pesquisa. É de suma importância que se tenha o conhecimento abrangente sobre o fenômeno estudado e os fins ao qual se pretende chegar “O pesquisador precisa saber exatamente o que pretende com a pesquisa, ou seja, quem (ou o que) deseja medir, quando e onde o fará, como o fará e por que deverá fazê-lo” (MATTAR, 2001, p. 23).

2.4 Sujeitos de Pesquisa

. Os sujeitos de pesquisa são considerados o meio populacional do estudo, os quais devem ser observados pelo pesquisador. Caracterizam-se por pessoas que estejam inseridas no contexto estudado.

Neste tipo de pesquisa, os sujeitos tornam-se indispensáveis, pois “Essa tarefa é de fundamental importância, visto que a pesquisa tem por objetivo generalizar os resultados obtidos para a população da qual os sujeitos pesquisados constituem uma amostra” (GIL, 2002, p. 98).

Para compor este estudo o público alvo para a pesquisa foram 33 sujeitos que já concluíram os estudos e que tenham sido reprovadas em pelo menos um ano da educação básica, com faixa etária entre 17 a 30 anos de idade, além de 25 professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, e a três coordenadores de escolas também da rede pública do DF.

2.5 Espaço de Pesquisa

O espaço em que foi feita a pesquisa é o virtual. As tecnologias tem sido um avanço em diversos aspectos da sociedade. A educação foi favorecida com este progresso, por meio das tecnologias é possível alcançar um maior número de sujeitos. A pesquisa será feita por meio dos grupos de estudantes das escolas públicas e privadas do Distrito Federal nas redes sociais; e também por quatro grupos de professores da rede pública e um grupo de coordenadores da Secretária de Educação do Distrito Federal (SEDF).

2.6 Instrumento de Pesquisa

O instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados foi o questionário, que se caracteriza por uma investigação social sobre a concepção dos sujeitos em determinado assunto.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p.121)

A escolha por este instrumento de pesquisa foi devido à proporção de sujeitos que se pode alcançar em um amplo espaço geográfico, pois o questionário foi realizado por meio virtual, em uma plataforma *online*, chamada *Google Docs*.

A pesquisa foi composta por três questionários distintos, o primeiro apenas para estudantes de instituições públicas e privadas do DF, o segundo para professores da rede pública e o terceiro para a gestão escolar de instituições da rede pública.

Cada questionário foi composto por dez questões, sendo elas abertas e fechadas. As questões abertas possibilita ao sujeito expor suas próprias respostas, com suas palavras, de acordo com seu ponto de vista. As questões fechadas permitem que o sujeito escolha apenas uma opção das que foram listadas em cada item (GIL, 2008). O questionário ficou disponível na plataforma virtual por um período de 15 dias.

3 - ANÁLISE DE DADOS – AS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS SOBRE O FRACASSO ESCOLAR.

Este capítulo compõe parte da metodologia, no qual serão analisados os dados coletados na pesquisa, que tem como objetivo identificar as concepções dos alunos, professores e da gestão escolar sobre a repercussão do fracasso escolar.

A pesquisa foi realizada por meio de três questionários enviados por uma plataforma *online*, chamada *Google Docs*. Cada questionário foi destinado a um público específico, sendo o primeiro para os estudantes que já foram reprovados em algum ano da educação básica, o segundo para os professores do ensino fundamental e médio, e o terceiro para a gestão escolar.

As perguntas foram elaboradas tendo uma conexão entre os três grupos e tendo os objetivos da pesquisa como norteadores, a fim de que as respostas pudessem ser comparadas a partir das concepções dos estudantes, professores e gestão. Ficaram disponíveis na plataforma durante duas semanas.

O questionário foi disponibilizado para os estudantes tanto de forma isolada, quanto em grupos das escolas de Brasília pelas redes sociais. Para os professores foram enviados tanto para colegas de profissão, como para grupos das redes sociais todos abertos somente para docentes. A gestão escolar foi à parte da pesquisa menos alcançada, enviado somente a um grupo de coordenadores da rede pública do Distrito Federal.

Por se tratar de um número pequeno de respondentes os dados não devem ser generalizados, fazem parte da realidade encontrada nas respostas obtidas por meio dos questionários desses grupos da educação básica do Distrito Federal, e que se relaciona com o objetivo central desta monografia que é analisar a concepção do fracasso escolar.

3.1 A concepção do fracasso escolar no ponto de vista dos estudantes.

O número de respondentes deste grupo, que é de estudante, foram trinta e três sujeitos que já reprovaram em algum ano da educação básica, em uma faixa etária entre dezessete e trinta e seis anos (segunda questão). No total de participantes 57,6% reprovaram somente uma vez, 30,3% reprovaram duas vezes e 12,1% mais de duas vezes (terceira questão).

A primeira questão do questionário se volta para o tipo de instituição que o estudante frequentava, pública ou privada. A maior parte dos sujeitos, que é 87,9%, alega ter estudado na rede pública de ensino, enquanto apenas 12,1% em escolas particulares.

Os dados apresentados ressaltam que o contexto econômico pode ser considerado uma das causas decorrentes do fracasso escolar, não é possível comprovar, no entanto, o índice de reprovação tanto nos dados obtidos como em pesquisas de outros autores é maior nas camadas economicamente inferiores.

Os estudos que analisam a influência social no acesso à educação demonstram que os alunos que vivem em piores condições sociais têm mais probabilidade de estar situados em grupos de alunos com avaliação mais baixa. (MARCHESI, 2004, p.23)

De acordo com os dados coletados, o percentual de repetência nas instituições privadas é significativamente inferior, o que coloca o fracasso escolar como uma problemática muito além dos muros da escola, é um problema social, de classes, que precisa ser tratado com atenção.

Na quarta questão, em que se coloca “Quais os fatores você acredita ter te conduzido a reprovação?” As respostas foram as seguintes:

OS FATORES	TOTAL
Falta de interesse	42,4%
Problemas pessoais	15,2%
Avaliação do professor	12,1%
Frequência	6,1%
Outros	24,2%

Como é possível observar a maior parte dos participantes acredita que foram reprovados por falta de interesse, porém fica o questionamento, o que se atribui a esta falta de interesse? O sistema educacional muitas vezes imputa toda a culpa do insucesso sob a responsabilidade do estudante, que acaba por assumir o maior encargo quanto ao fracasso obtido.

Que reprovar significa pôr a culpa no aluno pelo fracasso parece ficar claro a partir da própria concepção de que o aluno reprovado não passou porque não estudou. [...] De tanto assumir como verdadeiro que basta estudar para aprender e que estudar é responsabilidade apenas do aluno, passa-se a admitir também que, quando não se aprende (e a reprovação é essa constatação) o culpado só pode ser quem não estudou. (PARO,2003, p.118)

É cada vez mais comum a percepção de uma teórica voltada para a explicação das causas do fracasso escolar sendo buscada somente nos discentes, colocando estes por vezes como os principais culpados. (PATTO, 2010, p.122).

A frequência, que muitas vezes é tida como um dos maiores motivos da reprovação foi a que apresentou menor resultado. De acordo com a LDB para que o estudante seja aprovado de uma série para a outra é necessário ter no mínimo 75% de presença no ano letivo. São infundáveis os motivos das faltas, seja por problemas de saúde, trabalho, pois muitas instituições de ensino são compostas por estudantes que trabalham no turno contrário, seja por desinteresse ou falta de motivação, entre outros.

A importância de um olhar atento e sensível aos alunos faltosos é indispensável como forma de prevenção para um possível caminho ao fracasso escolar, tendo como uma das principais causas, a evasão.

Por último, 24,2% assinalaram a opção “outros”, em que o estudante tinha a oportunidade de explicar o porquê acreditou ter sido reprovado. As respostas foram as seguintes *“O professor não gostava de mim.”*, *“ Por maior que fosse o esforço eu não conseguia entender alguns conteúdos de exatas.”* *“Fiquei doente, perdi muito conteúdo e o professor foi incompressível em relação a isso”* *“As aulas eram muito chatas, não conseguia me concentrar.”*

As respostas evidenciam novamente uma culpabilidade dos estudantes e também dos professores ao considerar os motivos da reprovação, a responsabilidade é sempre do discente por não conseguir assimilar o conteúdo aplicado em sala de aula? É viável que o professor faça uma autoanálise durante suas regências para identificar se o conteúdo foi de fato entendido pela classe, e quais as possibilidades de ação para utilizar com os estudantes que não tenham compreendido.

Na quinta questão “Qual o tipo de instrumento avaliativo mais frequente em sua escola?” Dos entrevistados 69,7% alegaram ser as provas, enquanto , 24,2 %, trabalhos e 6,1% participação em sala.

A forma avaliativa arcaica do nosso sistema educacional, ainda utiliza de testes e exames como a maior ferramenta para obtenção de notas, porém a probabilidade dos resultados serem errôneos é de grande escala, a educação passa a ser constituída por uma pedagogia do exame, em que a importância é voltada para os resultados numéricos obtidos pelo discente.

Pedagogicamente, ela centraliza a atenção nos exames; não auxilia a aprendizagem dos estudantes. A função verdadeira da avaliação da aprendizagem seria auxiliar a construção da aprendizagem satisfatória, porém, como ela está centralizada nas provas e exames, secundariza o significado do ensino e da aprendizagem como atividades significativas em si mesmas e superestima os exames. (LUCKESI, 1999, p.25)

O estudante pode ser o melhor em matemática, no entanto, uma noite mal dormida ou o estado de saúde prejudicado pode fazer com que ele tenha um resultado inferior ao esperado pelo sistema de notas da escola. Uma simples folha de papel é responsável por coloca-lo abaixo da média, mesmo se o seu desempenho durante o ano for positivo, no fim o estudante acaba sendo a soma das médias. Em exemplo contrário, o discente pode apresentar grande

dificuldade, e colar durante o prova, gabaritando-a, o seu resultado final terá números satisfatórios.

A média mínima de notas é enganosa do ponto de vista de ter ciência daquilo que o educando adquiriu. Ela opera no que diz respeito ao aproveitamento escolar , com pequena quantidade de elementos – dois, três ou quatro resultados; e a média, em números reduzidos de casos, cria, como sabemos, uma forte distorção na expressão da realidade. (LUCKESI, 1999, p.96)

Os trabalhos e a participação em sala entram com menores percentuais, o que ressalta de forma mais significativa à importância que as instituições de ensino aplicam nas provas. A participação em sala é tão importante quanto à aplicação de provas, por meio dela o professor pode identificar aspectos relevantes na aprendizagem do estudante.

A sexta questão do questionário, “O sistema avaliativo da sua escola contribuiu para sua reprovação?” complementa a questão anterior. De acordo com o total de respostas, 66,7% responderam que o sistema não contribuiu, enquanto 33,3% acreditam terem sido prejudicados devido às avaliações feitas por parte da escola.

As implicações acerca das avaliações são extensas, um dos desafios é a forma como as instituições de ensino padronizam a aprendizagem do discente, aplicando a mesma prova para todos, anulando efetivamente a subjetividade dos sujeitos. Além das provas, o modo como às notas são lançadas muitas vezes apontam para uma pedagogia da meritocracia, em que cada um obtém a nota conforme seus méritos. Porém este discurso é incoerente aplicado em um contexto educacional repleto de desigualdades.

Avaliação da aprendizagem é o ato de diagnosticar o desempenho do estudante, tendo em vista auxiliá-lo a chegar ao nível mínimo necessário de aprendizagem; a nota ou conceito é a forma de registrar em documentos cartoriais da escola a qualidade final do desempenho do educando, que sempre deveria ser satisfatória, caso a aprendizagem seja efetivamente construída pelos atos pedagógicos de ensinar. (ENTREVISTA LUCKESI 06/10/2006)

A avaliação não deve ser resumida somente a prova, esta é apenas um meio utilizado para compor o processo avaliativo, o instrumento pode ser satisfatório de acordo com o que o professor faz com o resultado. Por exemplo,

se o discente tirou uma nota considerada abaixo da média, e não tem o *feedback*, ou seja, o retorno de seus resultados, será difícil compreender em quais aspectos precisa melhorar.

Se por um lado é imprescindível que as avaliações sejam feitas conforme as necessidades de cada estudante, por outro, colocar em prática na realidade da sala de aula é um desafio para os professores, a começar por salas compostas por um alto número de estudantes para um único professor. No entanto, existem formas de se superar ou ao menos amenizar a realidade da avaliação individualizada em salas cheias.

[...] afirmo que a avaliação poderá ser plenamente e bem praticada mesmo com grande número de estudantes por turma. Isso dependerá de bons e adequados instrumentos de coleta de dados sobre o desempenho dos educandos. Se nossos instrumentos forem planejados e elaborados com certos requisitos metodológicos da ciência, coletarão verdadeiramente os dados da aprendizagem dos educandos, o que garantirá, por sua vez, um juízo qualitativo correto sobre a aprendizagem dos educandos e sua reorientação, caso seja necessário. (LUCKESI, 2006, p.4)

Para que as necessidades de cada discente sejam atendidas é necessário um olhar atento à aprendizagem e subjetividade dos mesmos, a avaliação diagnóstica é uma parte essencial nesse processo de coleta de dados sobre o desempenho dos estudantes. Por meio dela é possível identificar as dificuldades e traçar um caminho que seja facilitador para a aprendizagem, este percurso poderá ser conduzido pela avaliação formativa, que permite acompanhar o discente em cada etapa do ensino.

A sétima questão procura identificar a relação do professor com a reprovação do aluno “De que forma o professor contribuiu para sua reprovação?” Do total de participantes, 54,5% alegaram que os professores não contribuíram para a reprovação, enquanto 45,5% atribuíram a culpa aos docentes.

Algumas respostas são marcadas por aspectos como: “*Falta de saber explicar e não tirar as duvidas.*”, “*Aulas desinteressantes*”, “*Não sendo amigo*”, “*Falta de diálogo*”, “*Ele poderia ter me incentivado a não desistir de estudar*”, “*Não tinha interesse em ensinar*”, “*Ele não gostava de mim*”, “*Não dando*

aulas interessantes, pouco preparo, didática ruim”, “Não soube explicar o conteúdo”, “Não me deu chance de recuperação” .

O fato é que existem muitos e variados critérios envolvidos na decisão docente de fazer com que o aluno repita o ano. Entre estes, estão incluídas questões tais como a “maturidade escolar”, assistências às aulas, a disciplina e, inclusive, a higiene e a aparência pessoal. Em muitos casos, a repetência opera como um mecanismo aberto ou velado de advertência ou de castigo. (TORRES, 2004, p.38)

A maior parte das respostas aponta para a didática do docente em que na concepção dos estudantes contribuiu para a reprovação. É importante que o professor tenha um bom planejamento de suas aulas, e uma visão autocrítica dos seus feitos em sala.

Outro fator que precisa ser levado em consideração é a relação entre o professor e aluno, muita respostas evidenciam uma problemática real nas escolas em que os resultados em sala podem refletir na relação existente entre o discente e docente.

Por vezes, o professor pode rotular o discente como indisciplinado e desinteressado pela escola, porém, é indispensável o conhecimento prévio e subjetivo dele. Pois estes rótulos podem ser reflexos de algum problema de saúde, fome, desequilíbrio familiar, maus-tratos ou tantos outros motivos que coloque em risco o bem estar do aluno. “[...] é dever do professor buscar uma aproximação com seu aluno no sentido de identificar suas reais possibilidades de aprendizagem”.(BUHLER,2007 p.49)

Se o aluno não demonstra avanços em seu desempenho é necessário que haja uma análise envolvendo todos que fazem parte do processo educacional, afinal, repetência não é responsabilidade somente do aluno, o método de ensino, a gestão escolar, o professor, o ambiente, tudo precisa ser levado em consideração.

A oitava questão se relaciona com a consequência da reprovação, “A reprovação acarretou alguma consequência na sua vida?” No total de participantes, 45,5%%, afirmaram que não houve consequência devido à reprovação. Enquanto 54,5% disseram que reprovar trouxe implicações negativas em suas vidas, como por exemplo: “*A oportunidade de conseguir o primeiro emprego*”, “*Me impediu de chegar mais próximo de uma faculdade*”,

“Precisei me adaptar ao sistema”, “Perdi muito tempo”, “ Vi que a única pessoa prejudicada era eu”, “Solidão”, “Atrasos de tudo, dificuldade de acompanhamento no geral da vida”.

Muitas respostas evidenciam o atraso não somente na vida escolar, mas como consequência no ambiente profissional e pessoal. O impacto que a reprovação ocasiona pode se perpetuar ao longo de toda a vida seja em relações interpessoais ou profissionais.

É importante levar em consideração a maturidade que o discente tem acerca de todo o processo da reprovação, o porquê aconteceu e como trabalhar o seu desempenho no ano seguinte.

Em termos psicológicos e pedagógicos, uma reprovação quando o estudante já tem um razoável desenvolvimento psicológico e social, não provoca os mesmos efeitos deletérios para sua autoestima e para sua valorização do saber que produz numa criança ou adolescente, com a personalidade ainda em formação. (PARO, 2003, p.67)

Na nona questão, que tinha como foco identificar a continuidade dos estudos dos discentes após a reprovação na educação básica “Você ingressou em uma universidade?” Dos participantes, 36,4%, ingressaram em um curso superior. Enquanto 63,7% não tiveram a mesma chance, porém, deste total 48,5% dos sujeitos manifestaram um desejo futuro de cursar uma universidade.

Um dos fatores que caracteriza o fracasso escolar é a evasão, ou seja, quando por motivos diversos o estudante é levado a abandonar os estudos. A reprovação é um dos motivos que pode levar a evasão escolar, pois o discente pode se sentir desmotivado com o resultado escolar.

De acordo com dados divulgados pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento) em 2012, um a cada quatro estudantes que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série. Os dados ainda apontam o país tendo a terceira maior taxa de abandono escolar entre os cem países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

É preciso entender quais as vantagens que a repetência trará para o estudante, visto que, por vezes ele poderá sentir-se constrangido, intelectualmente incapaz, humilhado ou inferior por não conseguir ter os mesmos avanços que o resto da turma.

A décima questão finaliza o questionário dos estudantes com a seguinte pergunta: “*Você acredita que a reprovação é algo necessário nas escolas?*” A maioria dos sujeitos, 54,5% afirmou que não considera necessário. Enquanto 42,4%, disseram que a reprovação é importante para o sistema educacional. Além de 3% ter assinalado a opção de “Outros” e justificado da seguinte forma:

“A reprovação me levou a ter mais compromisso. Entretanto, posso dizer que atrapalhou muito minha vida acadêmica. Acredito deveria existir uma forma de ajudar alunos com dificuldade no sistema atual e me uso como exemplo pois todos os professores diziam que eu era mais que apto, não apenas para passar de ano, mas também me sair muito bem em questões de aprendizagem, porem reprovei uma serie inteira por não saber como colocar esse potencial numa Folha de papel A4.” (Fala de um estudante”

Muito além de passar de ano ou não, é preciso ter a consciência de um ensino de qualidade, que seja voltado para a subjetividade de cada um, que ofereça recursos para que cada estudante aprenda conforme a suas condições físicas, sociais, psicológicas e sociais. Como a resposta do respondente número seis, é necessário que haja uma forma de ajudar os alunos com dificuldades ao longo do ano, para que no fim do período seletivo todos tenham com êxito ter superado mais uma etapa.

A avaliação precisa estar voltada para além dos resultados finais como médias ou números. Não se trata da classificação e sim de acompanhar os alunos nos seus anseios, conquistas, frustrações, medos, dificuldades. Trata-se de retirar-se do papel de julgador e detentor do saber e assumir uma postura de facilitador na educação.

Ao longo deste capítulo foi possível observar as diversas concepções dos estudantes sobre alguns aspectos do fracasso escolar e as consequências da reprovação em suas vidas. No capítulo seguinte, será possível analisar em uma perspectiva diferente, o outro lado da sala de aula, a opinião de professores e coordenadores das instituições de ensino da rede pública do Distrito Federal sobre a avaliação e a reprovação.

3.2 O Fracasso Escolar na Perspectiva dos Professores e da Gestão.

Nesta etapa a análise está centrada na concepção dos professores e da gestão escolar sobre os conceitos relevantes acerca do fracasso escolar.

Um total de 25 professores da rede pública e três coordenadores responderam ao questionário, por ser uma pesquisa qualitativa os resultados não são voltados para os números, e sim para a abordagem subjetiva que cada resposta traz.

Na primeira questão trata-se da repetência do próprio professor: “Você já foi reprovado na educação básica?”. Um total de 68,2% alegaram nunca ter reprovado, enquanto 31,8% disseram que já foram reprovados em algum ano na educação.

A segunda questão tem como objetivo compreender qual o entendimento dos professores sobre o fracasso escolar: “Para você o que é fracasso escolar?” Um total de 68% das respostas evidenciaram o insucesso dos alunos, com termos como: “*Quando o aluno não atinge os objetivos*”, “*Não consegue os requisitos básicos para passar de ano*”, “*Quando o aluno não estar em sintonia com a aprendizagem*”, “*Fracasso escolar de um individuo é a falta do mínimo de competências e habilidade que deveriam ser desenvolvidas , e não foram, como leitura, escrita, interpretação, raciocínio lógico-matemático, noções de onde vive e o mundo social que cerca o indivíduo*”

A fala dos professores apresenta em geral um ponto já debatido neste estudo, quando a culpa do insucesso recai sobre a responsabilidade do aluno, colocando-o como o elo mais fraco dentro do sistema educacional. As respostas emergem para uma linha de raciocínio em que o aluno poderia ter passado caso se dedicasse mais aos estudos, são culpados pelo desinteresse, pela falta de domínio dos conteúdos, os professores apresentam uma postura ileso a esse processo, no sentido de que fizeram todo possível, mas o aluno não colaborou.

Em lugar de reconhecer que o ensino e as condições de aprendizado na escola não conseguem atrair o aluno, de forma que este goste do que lhe é ensinado por uma qualidade intrínseca desse objeto, os educadores em geral busca no aluno a culpa por seu desinteresse. (PARO, 2003, p.119-120)

Igualmente para o grupo dos coordenadores o fracasso escolar é também culpa dos estudantes. Todas as respostas apontam para o insucesso do discente, em nenhum momento é evidenciado outros responsáveis, o que ressalta e complementa a visão da maioria dos professores.

Uma parte inferior dos professores, 24%, acredita que o fracasso escolar está acima das condições somente do aluno, é uma falha que tem todos os envolvidos como responsáveis.

RESPOSTAS DOS PROFESSORES (24%)

“O fracasso escolar se deve aos atores da comunidade escolar não obterem êxito no que se refere ao aprendizado dos alunos, fato que tendo a ser imputado apenas aos alunos como responsáveis exclusivos por não alcançar os objetivos propostos, conteúdos.”

“É quando há desigualdades (seja de qual tipo for) quem impeçam qualquer cidadão de obter um ensino de qualidade e igualitário tal como os serviços educacionais privados com ótimos conceitos.”

“É quando o aluno se frustra por sentir dificuldades em aprender e quando não tem apoio na escola para superar seus desafios. Fracasso escolar pode vir também do órgão, quando não tem estrutura física e de pessoal qualificado para suprir a educação básica.”

“É um fenômeno multifatorial. Envolve as crenças do indivíduo, do grupo, da família, da escola sobre aquele sujeito que não atende os critérios de excelência imposto por um sistema ou instituição.”

“Um déficit acadêmico do aluno, professor e escola.”

Os seis respondentes trazem consigo inúmeros questionamentos sociais, políticos e ideológicos colocando o fracasso além das ações causadas pelo próprio estudante. O sistema político passa a ser responsável pelo insucesso dos alunos a começar por não cumprir as leis e direitos de cada cidadão, como prever o Art. 3º da LDB, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (LDB, 1996).

Na prática é possível observar que a problemática acerca da permanência na escola é significativa, o estudante tem a vaga, mas falta o transporte, a merenda, a qualificação profissional, a infraestrutura da instituição. Não se deve apenas abrir as portas da escola, é preciso que haja todos os requisitos mínimos para que o discente esteja na instituição.

Outro fator relevante é o apoio ao discente, por vezes o professor não sabe qual o perfil do estudante que compõe a sala de aula, não conhece sua história e o que está por trás do seu comportamento, seja ele agitado, agressivo, imparcial, silencioso, faltoso. É necessário conhecer cada um, que traz consigo uma bagagem carregada de vivências, experiências boas ou ruins e que podem ser traduzidas no seu comportamento dentro da sala de aula.

Os dados também foram compostos por 8% dos respondentes atribuindo a culpa do fracasso a família. *“É quando a criança tem dificuldades, a família não tem consciência disso, não sabe o que fazer e a escola espera somente por essa família”, “É quando a família desiste, a escola não consegue recuperar esse aluno sozinha”.*

A família apresenta o papel de maior relevância na vida do estudante fora do ambiente escolar, é preciso que haja um relacionamento saudável entre a comunidade escolar e os familiares.

Os pais ou responsáveis precisam ser frequentes nas reuniões, no acompanhamento da criança ou do adolescente, a educação também é uma obrigação da família. “[...] não há dúvida de que a análise do fracasso escolar não pode furtar-se à consideração do papel que a família e o meio social desempenham em sua origem, em sua manutenção ou superação e em suas consequências.” (PALACIOS, 2004, p. 77)

A terceira pergunta “Você acredita que os alunos retidos demonstram melhoras no ano seguinte?” Dos respondentes, 28% afirmaram que sim, 32% não e 40% “outros”.

A menor parte dos respondentes ao afirmaram que sim, compactuam com o pensamento de que a reprovação fará com que o estudante tenha mais responsabilidade e o seu esforço seja maior no ano seguinte. Essa perspectiva inibe o contexto de que muitas vezes os fatores que levam ao fracasso escolar não estão no controle dos estudantes.

Os 40% ao assinalarem a opção de “outros”, salientaram os seguintes argumentos:

RESPOSTAS PROFESSORES OPÇÃO “OUTROS”

“Sim, mas não da forma como se espera, espera-se que por ele rever tudo de novo ele vai aprender , mas isso não necessariamente acontece”

“Acredito que nem todos melhoram ou pioram e algo relativo que tem influencia do meio social que o aluno vive.”

“Parte sim, quando há interesse”

“Em alguns casos sim.”

“Existe uma adaptação de tempo para alguns alunos com certas dificuldades sendo necessário maturação do aprendizado. Quando o aluno amadurece intelectualmente ou supera algum problema em sua vida ele obterá sucesso escolar”

“Depende do porquê foi retido e se o ato de ser reprovado vem acompanhado de ajuda extra para superar o problema.”

“Depende de como o aluno será trabalhado”

As respostas apontam além do interesse do estudante, uma abordagem essencial que é referente à forma como será realizado o trabalho com este estudante no ano seguinte. Reprovar por reprovar, porque não foi adquirido o conhecimento necessário para passar de ano não terá nenhum resultado caso as práticas para acompanhar este discente não sejam analisadas. É preciso um acompanhamento diferenciado, previsto na metodologia da escola para sanar as dificuldades encontradas.

Na maioria dos casos, a educação nas escolas se baseia nas explicações do professor e na memorização do aluno. Para muitos alunos, esse tipo de enfoque é enfadonho e constitui um obstáculo intransponível. Além disso, o plano de estudos costuma ser abstrato e não está relacionado com o mundo real, tendo poucas aplicações ou vínculos interessantes com a vida cotidiana. (SOLER, 2004, p. 217)

A mesma questão foi colocada aos coordenadores. Dos três respondentes, dois afirmaram que sim, acreditam que os repetentes retornam no ano seguinte com uma postura diferenciada ao ano anterior. Apenas um assinalou a opção de “outros”, alegando que alguns melhoram e outros não, “*depende do perfil do aluno*”.

Na quarta questão “Qual o principal instrumento de avaliação você utiliza em sua sala?” Do total de respondentes: 4% disseram serem as provas, 16% trabalhos, 60% participação em sala e 20% “outros”.

Ao compararmos com a mesma resposta obtida pelos estudantes, em que a prova entrou com o maior percentual, os docentes, afirma usá-la em menor frequência, o que contrapõe a realidade de muitas escolas, em que a prova é o principal instrumento para a obtenção de notas.

A maioria dos professores diz utilizar a participação em sala de aula como a maior ferramenta avaliativa. Sem dúvida, a participação é de suma importância no cotidiano das atividades escolares. Por meio dela o professor tem a oportunidade de conhecer melhor o aluno, a forma como ele se expressa, o domínio do conteúdo, assim como as dificuldades. É comum que as escolas apresentem uma atribuição da nota para essa participação, como forma de motivar os alunos.

A concepção de avaliação dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo

educacional. A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada. (PCN, 1997, pg. 55)

A participação em sala de aula é uma forma mais subjetiva de avaliação, por meio dela é possível acompanhar de forma prática os conhecimentos dos discentes sobre determinado assunto. Com o alto número de estudantes em sala, torna-se mais complexo a avaliação por meio da participação, no entanto, a maioria dos professores afirmou utilizar deste mecanismo, enquanto na mesma questão feita para os estudantes, apenas 6,1% disseram ter a participação como a maior ferramenta avaliativa.

Aos que assinalaram “outros”, justificaram da seguinte forma:

“Atividade lúdicas e diferentes, correspondendo às necessidades de cada aluno, por exemplo, tenho uma aluna que não consegue se expressar na escrita, então comigo ela faz uma prova oral.”

“Observação diária, pautas de observação, conversas individuais, desempenho nas atividades propostas.”

“Provas, trabalhos e participação”

“Relatório”

Estes professores cumprem com um objetivo essencial, a avaliação processual, ou seja, ocorre a cada instante, não se caracteriza apenas por exames, não são pontuais ou classificatórios no processo de avaliar. Pelo contrário, de acordo com os docentes, a preocupação é com a subjetividade de cada estudante, se preocupam com a forma em que irão aprender, assim como para as principais necessidades.

A quinta questão “Qual a característica mais frequente do estudante com risco de reprovação?” obtiveram-se as seguintes respostas:

CARACTERÍSTICA	TOTAL
Desinteresse	12
Frequência	2
Problemas Familiares	2
Desmotivação	4
Medo	1
Indisciplina	1
Desespero	1
Falta de “pré-requisitos”	1
Vulnerabilidade socioeconômica	1
TOTAL	25

Apesar de muitos fatores terem sido citados, a maior parte das respostas indica a falta de interesse e de motivação como as principais características dos estudantes em risco de reprovação. As respostas obtidas no questionário dos alunos, em que foi feita a mesma pergunta, também foi caracterizada pelos mesmos itens. Qual o motivo deste desinteresse? A escola tornou-se pouca atrativa para os discentes? Será que as instituições tem conseguido acompanhar o ritmo de vida dos estudantes? Os questionamentos são extensos.

Quando a mesma pergunta foi direcionada aos coordenadores, dois responderam ser a frequência, alegando que a maioria dos alunos reprovados finaliza o ano letivo com a quantidade de faltas superior ao que deveria ser, neste caso, é necessário o mínimo de 75% de presença para a aprovação. O outro coordenador defende a maioria das respostas obtidas pelos professores, o desinteresse e a desmotivação como o principal agente para a repetência.

Na sexta questão, em que aborda o seguinte tema: “Em sua opinião o currículo favorece a reprovação?” Dos professores 60% afirmaram que sim, enquanto, 40%, disseram que não. Um participante respondeu que “*não é o currículo que favorece a reprovação, porém a forma que ele é aplicado nas instituições*”. Quando a pergunta foi direcionada aos coordenadores, dois

afirmaram que não, e um disse acreditar que o currículo facilita a reprovação dos discentes.

A palavra reprovação e evasão aparecem somente no currículo do ensino médio. Conforme Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal tem como um de seus objetivos principais, reduzir o índice de reprovação e evasão escolar (p.15).

Com as questões que permeiam o Ensino Médio no Brasil e no DF, como os altos índices de reprovação e evasão escolar, torna-se fundamental uma mudança estrutural nessa etapa. Nesse sentido, justifica-se a necessidade de uma reorganização pedagógica e curricular nas escolas. (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DF, p.26)

Neste caso, existem duas formas de organização do ensino médio, a seriada, que ocorre em regime anual e a organização em semestres em dois blocos de componentes curriculares, em regime anual.

A sétima questão: “Quem você considera o maior responsável pela reprovação escolar?” Os resultados foram:

Responsável	Total
Estudante	1
Família	6
Professores	2
Gestão Escolar	3
Currículo	5
Todos citados acima	8

Afinal, quem fracassa? Será somente o estudante? Ou as políticas públicas e educacionais, a escola, os professores, a família? A maior parte dos respondentes acredita que toda a comunidade escolar é responsável pela reprovação, o que é uma justificativa plausível, pois ao tratar-se da repetência é inviável alegar que existe apenas um sujeito responsável.

Dos três coordenadores respondentes, o primeiro afirma ser o próprio estudante, o segundo a família e o terceiro o conjunto de sujeitos da comunidade escolar.

Na oitava questão, “Como é feito o trabalho em sala de aula com alunos reprovados por anos consecutivos?” As respostas obtidas foram:

RESPOSTAS DOS PROFESSORES
<i>“A proposta é Projetos interventivos. Mas não funciona muito bem na prática.”</i>
<i>“É feita uma investigação para saber o motivo pelo qual o aluno não está conseguindo passar de ano, daí é trabalhado em cima disso dispondo da ludicidade.”</i>
<i>“Parte mais do interesse do aluno.”</i>
<i>“Igual aos outros alunos.”</i>
<i>“Não sei, geralmente há algumas ações não claras da escola que acabam por fazer com que o aluno procure uma nova instituição.”</i>
<i>“Não há diferença dos demais.”</i>
<i>“É feito por meio de acompanhamento do orientador educacional, aulas de reforço, a atuação da família.”</i>
<i>“São inseridos numa turma com outros estudantes repetentes.”</i>
<i>“Trabalho diferenciado, atividades pensadas nas defasagens de ensino que ele adquiriu.”</i>
<i>“Ações diferenciadas.”</i>
<i>“Maior atenção para o mesmo.”</i>
<i>“De certa forma ha um movimento de ignorar aquele sujeito, atribuindo a ele um rótulo de “incapaz”. Não ha um trabalho que vá de encontro aos fatores que o levam a fracassar.”</i>
<i>“Da mesma maneira que os demais estudantes.”</i>
<i>“Eles vão para turmas especiais.”</i>
<i>“Em geral apenas se queixa da falta de pré-requisito.”</i>
<i>“Não há ações especiais para os mesmo.”</i>
<i>“Acredito que teve ter uma análise do aluno antes de qualquer postura.”</i>
<i>“Espera-se que esse aluno receba uma maior atenção, uma compreensão de sua condição e um esforço em trazer nos estratégias de ensino que possibilitem aprender o que não foi consolidado antes e também que haja a sensibilidade de não piorar a sensação de incapacidade que possivelmente esse aluno sente.”</i>
<i>“Não há ações.”</i>
<i>“Não existe esse trabalho.”</i>
<i>“Em geral, pouco se faz para suprir as carências desses alunos. Comumente são tratados como os demais colegas da turma.”</i>
<i>“Melhorar a autoestima destes alunos.”</i>
<i>“Os professores acabam desistindo e "empurram" o aluno para a série seguinte depois de duas ou três reprovações.”</i>
<i>Com interesse pessoal nos alunos, acompanhamento psicopedagógico e</i>

com atividades que agucem a curiosidade deles.”

Apesar de algumas medidas para atender as necessidades dos estudantes, os resultados são preocupantes. A maior parte dos professores alegou que não há um trabalho específico para os discentes.

Algumas respostas foram ainda mais preocupantes ao pensar que em grande parte das escolas os reprovados vão para uma turma específica, em que muitas vezes é considerada a pior da escola, ganham uma atribuição negativa por toda a instituição, e não há nenhuma atividade direcionada.

Em muitos casos, como também citado nas respostas, o professor acaba por desistir do discente, passando-o para o próximo ano, apenas para livrar-se do que ele considera um mau aluno.

Se na escola não há um trabalho específico para os estudantes repetentes a reprovação não faz sentido algum. É preciso que haja atividades direcionadas, para que seja descoberto os pontos que levaram a reprovação, e as ações da equipe escolar devem estar direcionadas para sanar o foco da dificuldade do sujeito. Trabalho com orientador pedagógico, psicopedagogo ou psicólogo também são de relevância em todo o processo.

Dois coordenadores afirmaram ter um trabalho diferenciado em suas escolas, como aulas de reforço em turno contrário. O terceiro alegou que o trabalho é o mesmo para todos os estudantes, não há distinção.

O Currículo em Movimento traz um aspecto importante sobre as avaliações, no Distrito Federal, por meio das Diretrizes de Avaliação do Distrito Federal (2014-2016) foi definida a avaliação formativa como norteadora para todo processo educacional na educação básica.

A avaliação formativa foi adotada como concepção e prática norteadora para toda a Educação Básica e suas respectivas modalidades e, neste caso, para o Ensino Fundamental, independentemente da organização escolar seriada ou em ciclos e fundamenta-se na utilização de diferentes instrumentos e procedimentos a fim de possibilitar as aprendizagens de todos na escola. A avaliação formativa possibilita análise e apreciação do processo de ensino e de aprendizagem, oportunizando a progressão continuada e assistida das aprendizagens de todos os estudantes de maneira responsável. (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DF, p.13)

A avaliação formativa compõe a última questão do questionário, em que é perguntado para os professores “O que você entende por Avaliação Formativa?” Dos respondentes, apenas dois disseram não conhecer esse tipo de avaliação. Os demais salientaram aspectos tais como:

Respostas Professores
<i>“Entendo que é uma avaliação que vai além de cobrar apenas conteúdos,”</i>
<i>“Tem seu foco no processo de ensino-aprendizagem”,</i>
<i>“Detectar dificuldades e criar estratégias para corrigi-las”,</i>
<i>” É a avaliação sendo usada em prol do aprendizado do aluno, para que em posse dos resultados, o professor possa rever estratégias e até mesmo fazer uma autoavaliação do seu trabalho como profissional.”</i>
<i>“É uma avaliação integral, do real aprendizado de cada aluno, é um processo progressivo. Creio que é a melhor forma de avaliar os educandos,”</i>
<i>“É a avaliação que busca várias formas de levar o aluno a entender que o conhecimento se constrói no ritmo do estudante.”</i>
<i>“Forma de avaliar para manter ou modificar as metodologias e estratégias adotadas em sala de aula.”</i>
<i>“Uma avaliação a qual forma o individuo como um ser completo pensando também na sua individualidade.”</i>
<i>“Avaliar o aluno de forma integral.”</i>
<i>“É aquela que percebe o desenvolvimento do aluno.”</i>
<i>“É aquela que considera o processo e não um produto isolado.”</i>
<i>“Avaliação feito do aluno com base na participação e comportamento em sala de aula.”</i>
<i>“Uma avaliação que é feita ao longo do ano, acompanhando o aluno.”</i>
<i>“Avaliar o envolvimento e o interesse dos estudantes com a matéria, considerando suas particularidades. Algo que só pode acontecer de maneira muito limitada no contexto em que praticamente todos os professores têm contato insuficiente com as turmas.”</i>
<i>“É a avaliação que se faz de todo o processo escolar. Desde pontualidade, assiduidade, uso de uniforme, comportamento, respeito com os colegas e</i>

<i>profissionais da escola, desenvolvimento de projetos etc.”</i>
<i>“Avaliação formativa e aquela que compõe os instrumentos avaliativos do decorrer do desenvolvimento do aluno como trabalhos individuais de grupo sejam eles orais ou escritos e compõe também da participação e interesse como das avaliações escritas mais conhecidas como provas.”</i>
<i>“Avaliar com diferentes instrumentos e ao longo do processo, e não ao final. E que a avaliação sirva de reflexão para ambas as partes , aluno , professor e escola.”</i>
<i>“É uma avaliação processual onde o foco é o ensino e aprendizagem do aluno.”</i>
<i>“Avaliação continuada ao longo do bimestre, avaliando aspectos da formação do aluno, como participação, desempenho e desenvolvimento.”</i>
<i>“É avaliação da parte qualitativa dos alunos.”</i>
<i>“É uma avaliação voltada para a interação do aluno com a turma e com o professor e suas habilidades de responsabilidade e compromisso.”</i>

Resposta dos coordenadores:

“A avaliação que tem foco no ensino e aprendizagem.”

“Uma avaliação completa.”

“Vai muito além de provas, ocorre em todo momento.”

Conforme as respostas são possíveis à percepção de que a maior parte dos professores possuem conhecimentos acerca da avaliação formativa, o que é de grande importância, pois segundo as Diretrizes de Avaliação do Distrito Federal, a avaliação formativa é o meio que embasa e direciona os objetivos educacionais.

A avaliação possui diversas funções; contudo, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF entende que, na avaliação formativa, estão as melhores intenções para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada. Embora a avaliação seja um termo polissêmico, entende-se que instrumentos/ procedimentos pelos quais a análise qualitativa

se sobreponha àquelas puramente quantitativas podem realizar de maneira mais justa o ato avaliativo. (DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p.12)

É necessário que a subjetividade de cada estudante esteja no centro do processo avaliativo, e para isto, é necessário que todo educador tenha um olhar atento e sensível para com seu aluno.

A avaliação formativa vai além de uma avaliação mecânica, visando os resultados entre a aprovação ou reprovação do sujeito, ou seja, a sua importância está para além do uso numérico das notas, é voltada para a real aprendizagem, não se resume as provas, mas tem o seu foco em cada realização do estudante, assim, é possível acompanhar de perto os progressos por parte do discente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fracasso escolar é uma problemática intrínseca na educação brasileira, que afeta a todos tanto no contexto interno como externo da comunidade escolar. Durante a realização desta pesquisa o objetivo geral foi investigar a concepção do fracasso escolar para os professores e estudantes de instituições públicas e privadas do Distrito Federal.

Durante o estudo, foi possível observar que os aspectos que conduzem ao fracasso escolar são extensos, não é possível pontua-los sem que haja um estudo a respeito do contexto em que cada sujeito se encontra, assim como não é possível apontar apenas um responsável pela reprovação ou evasão.

Ao identificar o perfil dos estudantes reprovados e os fatores de risco que levaram à reprovação é notória a percepção do desinteresse e da falta de motivação como os maiores motivadores para a desistência nos estudos.

Os discentes se sentem, na maior parte das vezes, culpados pela falta de interesse, no entanto, esta culpabilidade é em muitas ocasiões um estereótipo social imposto, visto que, a cultura do “reprovou porque não se esforçou” é uma falácia existente no contexto educacional, porém a conotação negativa do fracasso escolar apenas evidencia as frustrações do sujeito, escondendo suas potencialidades e esforço anterior.

A escola como um dos principais meios de formação social precisa cumprir sua função acadêmica, mas também deve ser atrativa aos olhos dos discentes, é preciso que se tenha o prazer em aprender, em frequentar as aulas. E para que isso ocorra é necessário um ambiente físico que atenda as necessidades de cada sujeito, um currículo que seja coerente para a aprendizagem, profissionais competentes e qualificados, e um meio de avaliação justo, que ocorra de forma processual ao longo de todo o ano letivo.

O fracasso escolar também pode ser resultado de um conjunto de avaliações mal feitas, dependendo da forma como os instrumentos de avaliação são aplicados. A avaliação formativa demonstra resultados significativos quanto a prevenção do fracasso escolar, visto que, as dificuldades e os progressos do discente são analisados ao longo de todo ano

letivo, não se baseia apenas em provas, utiliza vários instrumentos, sempre com o foco na aprendizagem.

Por fim, acredito que a educação seja a maior forma de emancipação do homem, porém é necessário que esta esteja ao alcance de todos, independente de qualquer posição social. Em um país repleto de desigualdades é um desafio pensar em políticas públicas educacionais para além das condições econômicas.

As medidas para reduzir o fracasso escolar precisam ser bem articuladas, tendo o foco na subjetividade de cada sujeito. É preciso considerar quem é estudante e a bagagem que ele traz consigo. E acima de tudo, oferecer todo suporte e condições necessárias para que o discente tenha uma educação de qualidade, completa, que faça sentido, que seja prazerosa, que seja sólida na luta para assegurar um ensino eficiente levando em consideração a subjetividade de cada um.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **A História da Educação**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 1989.

BARBOSA, Jane Raquel Alves. **A Avaliação da Aprendizagem como Processo Interativo: Um Desafio para o Educador**. 2.ed. Democratizar, 2008.

BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Ministério de Educação. LDB nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961. **As diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, MEC, 1961

_____. LDB nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. **As diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, MEC, 1971

_____. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **As diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília : MEC, 1996.

_____. - Governo Federal. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC, 1997.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Avaliação escolar**. ed.11. Belo Horizonte: Presença Pedagógica, 2005.

BRASÍLIA, Secretária do Estado de Educação. **Currículo em Movimento para Educação Básica: Ensino Fundamental anos finais**. Brasília: MEC, 2014

FERNÁNDEZ, Eguita. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes médicas, 1989.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. **Aprender a Fazer**. Curitiba: Gráfica Expoente, 2004.

_____. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?**, Pateo Revista Pedagógica, Artemed, Porto Alegre, RS, nº 12, pág. 06 a 11, 2000.

MARCHESI, Álvaro. Hernández, Carlos Gil. **Fracasso Escolar: Uma Perspectiva Multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: Funarte, 2001

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SOLER, Pilar. **Indicações para Reduzir o Fracasso Escolar**. In: MARECHI, Álvaro. **Fracasso Escolar: Uma perspectiva multicultural**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio**. Linhas Críticas. Brasília, v. 12, p. 75-90, 2006.

ZICHIA, Andreia Carvalho. **O Direito à Educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. São Paulo: USP, 2008.

APÊNDICE A – Questionário Estudantes

- 1) Quantas vezes você foi reprovado?
 1
 2
 Ou mais

- 2) A reprovação acarretou alguma consequência na sua vida? Quais foram?

- 3) Quais os fatores você acredita ter te conduzido a reprovação?
 Avaliação pelo professor
 Problemas pessoais
 Falta de interesse
 Frequência
 Outros: _____

- 4) Qual o tipo de instrumento avaliativo mais frequente em sua escola?
Assinale somente uma opção
 Provas
 Trabalhos
 Participação em sala
 Outro _____

- 5) O sistema avaliativo da sua escola contribuiu para sua repetência?
 Sim
 Não

- 6) Você estudou em uma instituição de ensino:
 Pública

Privada

7) Você ingressou em uma Universidade?

Sim

Não

Não, mas pretendo ingressar

8) De que forma o professor contribuiu para sua reprovação?

9) Você acredita que a reprovação é algo necessário na escola?

Sim

Não

Por que? _____

APÊNDICE B – Questionário Professores e Coordenadores

- 1) Para você o que é fracasso escolar?

- 2) Você acredita que os alunos retidos demonstram melhoras no ano seguinte?

 Sim
 Não
Por que? _____

- 3) Quais os principais instrumentos de avaliação que você utiliza em sua disciplina?

- 4) Qual a característica mais frequente do estudante em risco de reprovação ?

- 5) Em sua opinião o currículo escolar favorece a reprovação?

 Sim
 Não
Por que ? _____

- 6) Quem você considera o maior responsável pela reprovação escolar?

 Alunos
 Família
 Professores
 Gestão Escolar
 Currículo
 Outros: _____

8) Como é feito o trabalho em sala de aula com alunos reprovados por anos consecutivos?

9) Você já foi reprovado na educação básica?

() Sim

() Não

10) O que você entende por avaliação formativa?